

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA 455

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Conselho Universitário, sob a presidência da Prof^a. Dr^a. Cleuza Maria Sobral Dias, com a presença dos seguintes membros: **De forma presencial** - Amandio da Rosa Porciuncula, Ana do Carmo Goulart Gonçalves, Antenor Ferreira Moraes, Artur Roberto de Oliveira Gibbon, Billy Graeff Bastos, Claudio Moss da Silva, Cristiano Ruiz Engelke, Danilo Giroldo, Eduardo Pitrez de Aguiar Correa, Ícaro Aronovich da Cunha, Isabel Cristina de Oliveira Netto, Joaquim Vaz, Lara Carolina Peixoto Quiche, Luiz Antônio de Almeida Pinto, Marcelo Garcia, Newton Nyamasege Marube, Rogério Piva da Silva, Rosana Oroski, Rossana Madruga Telles, Simoní Saraiva Bordignon, Viviane Costa Touguinha Bauer e Willian Rubira da Silva. **Por meio de webconferência** - Carlos Otaviano Passos e Roberto de Souza Gomes da Silva. O Secretário, a pedido da Senhora Presidenta, registrou a presença dos substitutos e o motivo da substituição: **De forma presencial** – Edélti Faria Albertoni, suplente de Augusto Ferrari, representante do ICB; Sônia Maria Hefler, suplente de Ralf Kersanach, representante do ICB; Simone de Menezes Karam, suplente de Jussara Maria Silveira (titulares afastados a serviço da Universidade); Neide da Silva Cunha, suplente de Rafael de Carvalho Missiunas, representante dos servidores TAE (titular afastado a serviço na Universidade); Gabriela Jardim da Silva, suplente de Fabiane Pianowski; Eneilson Campos, suplente de Raquel da Fontoura Nicolette, representante do IMEF; Grasiela Martini, suplente de João Thiago de Santana Amaral, representante do IMEF (titulares afastados por motivo de força maior); Lilian da Silva Ney, suplente de Andréia Sorressão Lucas, representante dos servidores TAE (titular em licença saúde). Justificaram ausência: Ernesto Luiz Gomes Alquati, representante da EE e João Carlos Brahm Cousin, ex-reitor (afastados por motivo de força maior). Ausentes sem justificativa: Glauber Acunha Gonçalves, representante do C3; Leticia Cao Ponso, representante do ILA; Eduardo Dias Forneck, Luciano Vaz Ferreira e Luciana Paiva Coronel, representantes dos servidores docentes; Caroline Lemos Segovia, representante dos servidores TAE; Naiara Regner da Silva, suplente de Ricardo Fornari, representante dos discentes de graduação. Participaram como convidados: Mozart Tavares Martins Filho (PROPLAD), Diego D'avila da Rosa (DIPLAN); Jackson Negalho Medeiros (AUDIN); Eduardo Resende Secchi (PROPESP); Pedro Freire Popiolek, suplente de Marcelo Garcia, representante dos servidores TAE; os estudantes: Charlene da Costa Bandeira, Bruna Rosa Farias, Letícia Rosa Farias, Simone Machado, Sabrina de Quadros, Carine Fortes e Caroline Fortes, representantes do Coletivo Macanudos e Sheila Amaral Costa (coletivo de estudantes negras e negros da FURG para a promoção da Igualdade Étnico-Racial); os estudantes: Filipe Ferreira Delmondes e Edvan Neves, representantes do DCE (Diretório Central de Estudantes da FURG); os

estudantes: Camila Goularte, Elisângela Lopes, Estefane Vargas, Caroline Amaral Amaral, representantes do NEABI (Núcleo de Estudos Afro Brasileiro e Indígenas da FURG); Carmen Luiza Andrade, representante do CONDESCOM (Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra do Rio Grande). Ao iniciar a reunião, a Senhora Presidenta colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: **1º) Aprovação da Ata 454** - Tendo em vista que a ata fora disponibilizada antecipadamente aos conselheiros, a Senhora Presidenta perguntou aos presentes se havia alguma manifestação a respeito dessa ata. Não havendo, a ata nº 454 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **2º) Indicação da Cons. Cleuza Maria Sobral Dias – Homologação do Ato Executivo nº 009/2019 - Alteração no Calendário de Reuniões do CONSUN** –

O referido AE alterou o Calendário de Reuniões aprovado pelo CONSUN, antecipando a reunião ordinária do mês de abril, do dia 5 para o dia 29 de março. A Indicação foi lida pela autora. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; **3º) Indicação dos Cons. Isabel Cristina de Oliveira Netto e Claudio Moss da Silva (FaMed) – Proc. nº 23116.00000333/2019-55 – Proposta de concessão de Título de Professor Emérito da FURG ao professor aposentado Oswaldo José de Paula Barbosa** –

A referida Indicação propõe, a partir de sugestão apresentada e aprovada pelo Conselho da Faculdade de Medicina, a concessão do título de Professor Emérito da FURG ao Prof. Oswaldo José de Paula Barbosa. A Indicação foi lida pelo Cons. Claudio Moss, um dos autores da proposição, em nome da FaMed. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O Cons. Moss pediu licença ao plenário e leu um texto com o seguinte teor “*Senhores conselheiros. Dirigimo-nos a este Conselho, para encaminhar a indicação do nome do Professor Oswaldo José de Paula Barbosa, para ser laureado com o título de Professor Emérito, no ano em que nossa Universidade comemora seu 50º aniversário. Tendo a aprovação unânime do Conselho da FAMED, permitimo-nos justificar o porquê de fazê-lo. O professor Oswaldo foi o primeiro professor contratado para ministrar aula no curso de Medicina, no ano de 1966. Um Riograndino de coração, que veio do Nordeste Brasileiro para a cidade de Rio Grande como jovem egresso da Residência Médica em Psiquiatria. Aceitou o desafio de ser docente e de também implantar o Serviço de Psiquiatria do Hospital da Santa Casa de Rio Grande. Passou-se meio século desde então e o professor da terra de ventos quentes e de praias tropicais, desenvolveu suas habilidades e competências na terra de Tamandaré. O professor Oswaldo faz parte da criação e da história do curso de Medicina de nossa Universidade. Falar sobre o professor Oswaldo é despertar na memória daqueles que o conhecem, o homem íntegro, esposo e pai exemplar. Trouxe a seus discípulos, os seus valores e nunca se furtou de fazer atendimento aos diversos acadêmicos que o procuraram, aliviando suas dores psíquicas e possibilitando uma melhor qualidade de vida. Certamente foi a sua atuação que motivou uma especial homenagem de carinho demonstrada pela Associação Turma Médica de 1987. Hoje, mesmo aposentado, ainda é atuante em nossa Instituição, tanto no Curso de Medicina ministrando aulas, como em outros cursos da graduação ou de pós-graduação da Área da Saúde, assim como em outras atividades colaborativas com a Universidade. Um título honorífico, longe de demonstrar opulência ou vaidade, é um reconhecimento dos seus pares e de nossa Instituição. Apresentando brevemente o currículo do professor Oswaldo, citamos: - Graduação em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco (1963); Residência Médica em Psiquiatria no Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, Serviço do Professor José Leme Lopes (Rio de Janeiro, 1964-1965); Diretor do Hospital Psiquiátrico da Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande por 25 anos (1965-1990); Professor Titular de Psiquiatria do curso de Medicina da Universidade do Rio Grande; Chefe do Departamento de Medicina Interna da FURG; Diretor do Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos - NUME/FURG; Membro da Associação Brasileira de Psiquiatria; Membro da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul; Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre - APP; Ex-*

presidente da Sociedade de Medicina de Rio Grande e atual Diretor de Normas; Membro do Conselho de Administração do Instituto Solidário da Associação Médica do Rio Grande do Sul; Vice-presidente da UNIMED Litoral Sul - 1ª Diretoria; Ex-Tesoureiro Geral da Aprofurg; Membro do Conselho de Ética em Pesquisa da Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande; Membro da Academia de Letras da cidade de Rio Grande; Ex-Presidente do Rotary Club Rio Grande; Membro da diretoria e administração de diversas entidades recreativas Riograndinas. Foi agraciado com: Medalha de Amigo da Marinha; Medalha da Ordem de Silva Paes; Título de Cidadão Riograndino. Escritor e suas obras recentes incluem: Luz de Alcançado: Memórias de um psiquiatra navegante - 2007; Riet-Corrêa: Uma família, uma história - 2012; Dr. Lavieira Maino Laurino: Uma vida e sua ingerência cidadã – 2012; Tardes na Tamarineira: O dia a dia num hospício - 2012; Trapiche Velho - 2014; Fernando e Eli: Setenta anos de ciências e muito amor - 2016; O Senhor das Estivas – 2016. Dessa forma Senhores Conselheiros, esperamos que o reconhecimento ora expressado pela FAMED seja acolhido pela nossa Universidade, dado os relevantes serviços prestados à FURG e à nossa comunidade Riograndina.”

A Senhora Presidenta parabenizou a FaMed pela indicação do Prof. Oswaldo ao título honorífico e lembrou que a Assembléia Universitária realizada anualmente pela FURG no mês de seu aniversário é o espaço utilizado para a entrega dos títulos honoríficos aos agraciados. Não havendo mais manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; 4º)

Indicação da Cons. Cleuza Maria Sobral Dias – Homologação do Ato Executivo nº 013/2019 - Altera a vinculação da Coordenação de Mobilidade Acadêmica (FG1), passando da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), para a Secretaria de Relações Internacionais (REINTER)

– O referido AE alterou a vinculação da Coordenação de Mobilidade Acadêmica, da Diretoria de Gestão Acadêmica da PROGRAD, para a Secretaria de Relações Internacionais (REINTER), com o objetivo de dar suporte aos procedimentos relativos aos programas e convênios de Mobilidade Acadêmica da FURG. A Indicação foi lida pela autora. Após a leitura, a Senhora Presidenta explicou que tal coordenação foi implementada no ano de 2013, época em que não existiam a REINTER nem a Assessoria de Relações Internacionais, e, naquele momento, entendeu-se de deixá-la vinculada à PROGRAD. Com a criação da Secretaria de Relações Internacionais, mais recentemente, a administração decidiu transferi-la para esta secretaria. Na sequência, colocou o assunto em discussão. Não havendo mais manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; 5º) **Parecer 001/2018 da 3ª Câmara - Processo nº 23116.000619/2019-31 – Programa de Ações Afirmativas para negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência nos cursos de Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu da FURG (PROAAF-PG)**

– O processo foi relatado pelo Cons. Cristiano Engelke que após análise dos documentos que compõem o processo, votou pela criação do Programa de Ações Afirmativas na Pós-Graduação *lato sensu e stricto sensu* da FURG, nos termos da minuta de resolução apresentada. O parecer foi lido pelo autor, assim como a proposta de resolução, sendo registrados destaques durante a leitura. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão, na ordem dos destaques apontados. Inicialmente, o Pró-Reitor Eduardo Secchi informou que o tema foi amplamente discutido pela comunidade acadêmica até se chegar à versão apresentada neste momento ao plenário para decisão. Disse, ainda, que os coordenadores dos programas de pós-graduação já estão cientes da proposta e que já foi solicitado a cada um que promova a implementação em seus cursos, assim que o conselho aprovar, se assim for o entendimento do plenário. **Art. 1º -**

O Cons. Billy disse que gostaria de ouvir os proponentes da proposta a respeito da inclusão da comunidade “trans”, já que foi citada a existência de outras duas universidades em que o tema foi incluído, sendo que, na proposta apresentada, a política está direcionada apenas para negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. A Senhora Presidenta disse que o tema é relevante, ainda incipiente em nossa universidade, mas entende que deve avançar nas discussões futuras em nossa comunidade acadêmica. **Art. 3º** - O Cons. Pitrez manifestou-se no sentido de declarar que a política veio em boa hora para aprovação no conselho, informando que, na FaDir, já existem iniciativas nesse sentido e que a aprovação do Programa em âmbito geral na FURG respalda ainda mais as iniciativas já existentes. Destacou, também, que o texto do artigo 3º não define o que são indígenas e quilombolas, precisando de uma adequação ao texto, em sua opinião. O plenário concordou com o destaque do conselheiro e decidiu que os representantes da proposição, em conjunto com ele, fizessem a adequação do texto e a apresentassem até o final da discussão deste tema. **Art. 4º** - O Cons. Luiz Pinto disse ter feito a inscrição de destaque para lembrar que, por estar há 42 anos em atividade na FURG, aguardava com ansiedade a aprovação de um programa desta ordem, mostrando aos colegas a sua cor de pele. Lembrou que há quase três anos foi editada uma portaria ministerial com este teor e que os coordenadores dos cursos de pós-graduação ficaram assustados a respeito de como aplicar a norma. Por fim, parabenizou a todos pela iniciativa. **Art. 6º** - O Cons. Billy sugeriu que, neste artigo, talvez se possa igualar a reserva de bolsas para os candidatos aprovados pelo PROAAF. O Pró-reitor Eduardo Secchi disse entender que essa deve ser uma decisão que cada programa deve tomar e estabelecer em cada um dos regimentos internos. O Cons. Danilo disse entender que há uma diversidade muito grande dentre os programas e que isso foi muito debatido na formulação da proposta. Lembrou que a aplicação do PROAAF já deverá ter uma característica de diversidade entre os programas e que, no futuro, talvez se possa avançar nesta questão, mas não nesse momento. Defendeu que, nessa etapa de implantação do PROAAF, haja um acompanhamento constante do comitê da pró-reitoria, lembrando que certamente com a adoção de um padrão no futuro, isso possa ser possível de se cogitar. O Cons. Luiz Pinto destacou que, no atual cenário da pós-graduação, infelizmente há uma carência de bolsas e que ficaria difícil a criação de uma regra única nesse momento. A Senhora Presidenta citou a importância que terá o acompanhamento da PROESP e do próprio comitê do PROAAF neste início de implantação do programa. A estudante Letícia Faria destacou a participação de todos os coletivos dos estudantes que participaram da elaboração da proposta ora apresentada. A Senhora Presidenta lembrou de tempos passados em que não havia professores que abraçassem essa discussão. Lembrou da criação do NEABI, em 2010, e que, atualmente, contam com os coletivos de estudantes que participam e auxiliam a Universidade a dar os passos necessários na direção dos programas de ações afirmativas, mas com embasamento legal e com muita responsabilidade. O Cons. Cristiano enalteceu a iniciativa e a contribuição importante da professora Cassiane e a importância de estar discutindo esse tema nesse período nebuloso que se vive na política do país, onde temos um Ministério

da Educação com iniciativas exatamente na contramão do que a grande maioria da comunidade acadêmica pensa nesse momento. A Senhora Presidenta disse achar importante ressaltar a participação de quatro professores: Jean Baptista, Cassiane Paixão, Alfredo Martin e Carla Imaraya, esta última com relação à defesa dos portadores de necessidades especiais. Cabe destacar, também, a participação mais recentemente do professor Lobato na discussão deste tema. O estudante Filipe, representante do DCE, sugeriu que, no artigo 6º, fosse substituída a palavra “priorizem” por algo que defina que os candidatos aprovados pelo PROAAF tenham garantidas as bolsas de estudo, lembrando que a CAPES emitiu normativa que indica a distribuição de cotas nesse sentido. O Cons. Danilo disse acreditar que os programas é que devem estudar essa questão individualmente e apresentar proposta para a PROPESP a respeito do assunto. Sugeriu que talvez seja o caso de se estabelecer um prazo para que os programas tomem uma decisão a respeito, já que, no seu entender, deve se ter muito cuidado com esse tipo de decisão, a fim de não trazer prejuízos futuros aos programas. O Cons. Billy sugeriu, então, que algo seja acrescentado ao texto do artigo 6º, para que os programas busquem esse tipo de definição. O Cons. Pitrez propôs a seguinte redação para complementação do texto *“com vistas a alcançar o percentual de 20% previsto no artigo quarto”*, além da inclusão de um novo parágrafo 2º com o seguinte teor *“Os programas de pós-graduação terão prazo de 2 (dois) meses para apresentar à PROPESP e à Comissão do PROAAF os critérios de que trata o caput deste artigo”*, sendo aprovadas as duas proposições pelo plenário. A estudante Júlia, do Direito, agradeceu por estar presente nesta oportunidade e reforçou a ideia de se pensar em reserva de vagas para pessoas “trans” e também para “refugiados”, deixando isso como objetivo futuro para o programa. A Senhora Presidenta citou que a UFPR possui uma proposta muito boa com relação a incluir os “refugiados” em seus programas, assim como a UFSM também tem trabalhado nesse sentido. Citou que, no caso dos “refugiados”, muitos têm formação, porém não contam com documentos comprobatórios e a área jurídica das universidades está auxiliando nesse sentido. A estudante Charlene pediu licença ao plenário para ler documento em nome dos coletivos de negros e negras, com o seguinte teor: *“Boa Tarde. Agradecemos a oportunidade de participar da reunião de hoje e encaminhamos abaixo nossa fala: Bom dia prezadas e prezados conselheiros. Meu nome é Charlene, sou estudante de psicologia, quilombola e representante do Coletivo Macanudos. Antes de começar minha explanação gostaria de fazer um parênteses sobre o coletivo que eu represento e já aproveito para agradecer por permitirem a nossa fala. Os que estão há mais tempo aqui conhecem o Coletivo Macanudos das votações sobre as cotas em 2012 e 2013 e sabem da nossa luta pela real efetivação da política de cotas na FURG. Para aqueles que não nos conhecem eu vou nos apresentar: somos o Coletivo Macanudos, Coletivo de negras e negros, presente nesta Universidade desde 2012 e desde então estamos pouco a pouco construindo uma Universidade de fato plural, popular e democrática. Pois bem, passada a apresentação vou adentrar ao tema que nos trás ao Consun na manhã de hoje: a cota na pós-graduação. O índice de estudantes negros na Universidade mudou drasticamente desde 2013, no entanto esse índice não é refletido na pós graduação e nas salas-de-aula, visto a dificuldade de acesso de muitas e muito negros. Desde a implementação da lei de cotas nas universidades o movimento negro já pautava as cotas na pós, visto sabermos que num país estruturalmente racista a base não se modifica sozinha. Compreendendo as pautas dos movimentos e a necessidade de se posicionar ao lado daqueles que construíram esse país, Universidades como a UFPEL, UFBA, entre outras, adotaram cotas para todos os cursos da pós-graduação. Saudamos os cursos que já implementaram as cotas na FURG, como o Mestrado em direito, mestrado em Educação Ambiental e Mestrado em Educação, e entendemos que tal política*

pública precisa tornar-se política institucional, assumindo a FURG a sua função e obrigação para o ingresso e permanência desses estudantes na universidade pública. Por fim lembramos a passagem do filme Estrelas além do tempo quando a engenheira da NASA diz: "Toda vez que nós chegamos, vocês mudam a linha de chegada" Em qual lado vocês estarão, senhores? O lado que comemora a nossa chegada ou do lado que altera a linha?". A Senhora Presidenta elogiou e disse estar muito bem colocado o papel dos coletivos que têm uma responsabilidade grande no trabalho que vem sendo realizado. Lembrou que, por vezes, ocorrem recursos na justiça com relação ao tema das cotas, lembrou também da existência de um dossiê que circulou através das redes sociais desqualificando a FURG, em razão de uma situação ocorrida em 2007, e sabe-se que foi enviado à Procuradoria da República, apesar de nunca ter sido enviado para a Universidade. Citou que as universidades são monitoradas por vários órgãos, como MPF, Defensoria Pública, AGU, CGU, dentre outros, e que não há a mínima razão para que um grupo da sociedade de Rio grande se reúna e faça esse tipo de ação denegrindo a atuação da FURG, que não seja por maldade. Disse que, desde a implantação do programa de cotas, a FURG teve pouquíssimos casos questionados judicialmente em razão de terem sido indeferidos pela comissão responsável. Entende que podem ocorrer falhas, mas garantiu que o processo é realizado de forma séria e com transparência. Disse que tal dossiê partiu de um grupo de pessoas que se diz contra as cotas, mas, nesse momento, se utiliza de um caso de indeferimento que ocorreu em 2007, para realizar comentários maldosos e desproporcionais sobre a Universidade. Lembrou que a comissão responsável pelo processo é montada a partir da participação através de um edital, sem qualquer indicação da reitoria, justamente para que todos possam participar do processo. Disse que só os municípios que não possuem uma universidade federal sabem a falta que faz uma instituição como a FURG. Afirmou ser uma situação que “não nos assusta”, mas “nos incomoda bastante” quando afirma que a Universidade é omissa aos direitos dos cidadãos. Explicou que, anteriormente, a FURG utilizava-se da “auto-declaração” e que apenas há dois anos, provocada pelo MPF, foi criada a comissão de aferição, apesar dos coletivos solicitarem isso há mais tempo. Afirmou que, na atualidade, não dá mais para ignorar as manifestações que circulam através das redes sociais, por isso faz esse desabafo ao conselho, desculpando-se por ter se alongado nesse tema, mas justificando que essa situação deixou a todos muito incomodados e tristes, já que a FURG foi acusada de não respeitar a “Lei das Cotas” por um grupo que sempre se manifestou contrário às cotas, sendo que a FURG foi uma das primeiras a implementar um programa de inclusão, fazendo grande esforço para sua consolidação. O estudante Arilson, do Direito, e também membro do comitê do PROAAF, agradeceu a todos pela oportunidade de participar do CONSUN, lembrando que no coletivo foi definido que fossem utilizados os critérios já estabelecidos para definição de indígenas e quilombolas junto ao texto do artigo 3º. Voltando à definição destes grupos, conforme aprovado no início da discussão, após algumas contribuições dos presentes, ficou decidido por consenso que: **a)** a definição do que se considera “indígena” deve ser extraída do trecho inicial que já consta no texto do parágrafo 2º, ficando o restante no próprio parágrafo, caracterizando o que é necessário apresentar de documentação, e **b)** a definição do que se considera “quilombola” deve ser extraída do trecho inicial

que já consta no texto do parágrafo 4º, ficando o restante no próprio parágrafo, caracterizando o que é necessário apresentar de documentação. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara, com as adequações promovidas pelo plenário, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade através de palmas; **6º) Parecer 001/2019 da 2ª Câmara - Processo nº 23116.001410/2019-94 – Prestação de Contas da FURG referentes ao exercício de 2018** – O processo foi relatado pelo Cons. Artur Gibbon que, após análise dos documentos que compõem o processo, votou pela aprovação das contas da FURG referentes ao exercício de 2018. O parecer foi lido pelo autor, sendo registrados destaques durante a leitura. Após a leitura, a Senhora Presidenta inicialmente solicitou ao Pró-Reitor Mozart que realizasse uma breve introdução do assunto. O Pró-Reitor Mozart disse que a FURG têm atualmente apenas 3 (três) meses para fechar o exercício e consolidar o relatório, já que o prazo para inserir no sistema a prestação de contas encerra-se dia 31 de março. Explicou que antes o relatório era constituído por uma série de planilhas complexas, sendo que, a partir do mês de outubro do ano de 2018, ocorreu uma alteração substancial no sistema, e os próprios órgãos de fiscalização tiveram dificuldades para passar orientações. Afirmou que o relatório deve estar disponível de uma forma prática no site da Universidade, a partir da próxima segunda-feira, para que a comunidade possa acompanhar. Também informou que o material anteriormente era composto por aproximadamente 400 folhas, sendo que agora é composto por em torno de 200 páginas. Destacou o papel desempenhado pela reitoria no sentido de buscar recursos complementares durante o exercício de 2018, os quais auxiliaram na superação do déficit que vinha ocorrendo a cada fim de exercício. Disse que boa parte dos recursos extras conseguidos em 2018 se destinaram ao Hospital Universitário (HU). Agradeceu ao relator, às Unidades Acadêmicas e, também, à Diretoria de Planejamento (DIPLAN) pela contribuição prestada na consolidação de todo o trabalho para que o relatório fosse apresentado em tempo ao CONSUN. O Auditor Jacson, na sequência, elogiou a forma sintética de como o parecer foi apresentado pelo relator, conselheiro Gibbon, o que deve auxiliar na compreensão do que a FURG realizou no ano de 2018. Destacou a própria dificuldade que o Tribunal de Contas da União (TCU) teve em repassar as orientações necessárias nesta oportunidade em que ocorreram alterações no sistema. Informou que o TCU implantou 3 ações, sendo uma delas a criação de um instrumento chamado “e-pessoal”. Neste sistema, eles colocam indícios de irregularidades, e que até o momento foram realizados 126 registros de indícios, sendo que a maioria foi arquivada em razão de defesas apresentadas pelos servidores, salientando que atualmente só 21 indícios estão em andamento ou sendo fiscalizados pelo TCU. Outra ação é a implantação de um Plano permanente de providências, em que a FURG contava com cerca de 40 recomendações, as quais já foram reduzidas para 16, as quais estão sendo respondidas pela Universidade. Lembrou que a Controladoria Geral da União (CGU) informou que este ano fará uma vistoria sobre terceirização de serviços. Lembrou que, além disso, existe uma Auditoria Interna da FURG (AUDIN) que faz recomendações e junto com o NTI está criando um sistema para dar possíveis soluções aos apontamentos que forem realizados. Sobre o controle

patrimonial, disse que a FURG vem tentando reduzir a a quantidade de itens não localizados. Informou que a Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA) está montando outra comissão para providenciar baixas em bens patrimoniais e que, posteriormente, talvez seja necessária a abertura de processos relativos a possíveis ressarcimentos. Como uma terceira ação, existe um Mapeamento de Riscos e que a FURG está no caminho certo e que, em 2019, talvez se crie uma Comissão de Avaliação de Riscos, o que julga ser muito importante para a instituição. Na sequência, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão, na ordem dos destaques solicitados pelos presentes. O Cons. Joaquim disse não ter entendido a ação do TCU a respeito de pessoal. O Auditor Jackson deu como exemplo a situação em que um servidor que possui vínculo de 40h com a Universidade e eles verificam que possui mais de 20 horas em outras atividades, o que excederia 60 horas semanais permitidas por lei, o que caracteriza um indício de irregularidade. O Cons. Danilo explicou que são controles eletrônicos realizados a distância, através de cruzamento de dados, sendo que a FURG recebe esse apontamento como indício de irregularidade e o servidor deve apresentar defesa sobre isso. Citou que tem sido frequente casos a respeito de jornada de trabalho e também sobre a Dedicção Exclusiva de docentes. Disse que é comum acontecer que algumas pessoas ingressam na Universidade informando que pediram baixa nos registros em atividades laborais anteriores, sendo que isso demora a ser efetivado junto aos registros da Receita Federal, o que acaba ocasionando estes registros de indícios de irregularidade. Alertou que todos devem ter o maior cuidado com esse tipo de situação, já que pode levar até a uma situação de exoneração do cargo. Lembrou de casos em que a pessoa tinha vínculo de sócio administrador em atividade societária, para a qual não deu muita importância de conferir seu desligamento e acabou aparecendo como indício de irregularidade. Com relação à questão do controle patrimonial, informou que o Pró-reitor Marcos Amarante da PROINFRA já relatou a necessidade de ações junto aos membros do COEPEA. Destacou que algumas universidades que já implantaram os Comitês de Risco não tiveram resultados satisfatórios e que existem críticas muito severas a respeito do conteúdo do decreto em vigor. Alertou para o fato de que, invariavelmente, as universidades não possuem corpo técnico qualificado para a aplicação dos critérios estabelecidos na norma. Disse que a UFRGS possui um grupo qualificado na área de Engenharia de Produção que está trabalhando nessa área. A Senhora Presidenta agradeceu às equipes da DIPLAN e da AUDIN pelo trabalho realizado, o que dá muita segurança à Administração para o planejamento futuro da Universidade. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **7º) Assuntos gerais** – A Senhora Presidenta disse, inicialmente, que participa da diretoria da ANDIFES atualmente, e esse coletivo de reitores das federais tem se reunido semana sim, semana não, sendo que, infelizmente, não receberam qualquer proposta de governo na área da educação até esse momento. Disse terem participado apenas de um encontro com técnicos do MEC em que a preocupação maior era com relação à identificação do CPF de cada um, sendo que, no dia posterior, entenderam o “porquê”, já que souberam que haveria uma “Lava Jato da Educação”. Disse que

os reitores não entendem o objetivo de uma investigação nas IFES, já que todas são periodicamente monitoradas pelos órgãos de controle do Governo Federal, sendo que, se algum problema for verificado, é sinal que estes órgãos falharam em algum momento. Afirmou que, desde que o atual governo assumiu, nenhum projeto para educação superior ou educação básica foi apresentado pelo MEC, sendo que a ANDIFES sempre se colocou à disposição, como foi sua prática com todos os governos anteriores. Não há qualquer tipo de interlocução com o MEC ou programas que possam contribuir com as universidades. O que poderia informar é que sentiram um apoio bastante significativo e favorável do TCU em relação a orientar os reitores. Afirmou que a reunião realizada com o TCU foi muito importante com relação a essa situação que se estabeleceu. Informou, ainda, que o montante de recursos próprios que as IFES mantinham junto ao orçamento de 2018 foi retido no mês de dezembro e desviado para pagamento de pessoal, especificamente de aposentados. Disse que, no caso da FURG, o total girava em torno de 11 milhões de reais, os quais serviriam para investimentos e apoio em diversas atividades da FURG, porém algumas universidades tiveram valores muito maiores sendo retidos, como, no caso da UFRGS, em que a retenção passou de 70 milhões de reais. Disse ter participado de reunião com a direção da EBSEH em Brasília. Informou que o TCU estará retirando as regionais dos estados e centralizando as atividades em Brasília, passando a centrar força em tele-trabalho. Falou também sobre o decreto que proíbe contratações e concursos, e que o mesmo está sendo estudado, pois o que parece é que, em caso de aposentadorias, não haverá reposição imediata, já que para qualquer preenchimento de vaga haverá um processo repleto de questionários com justificativas a serem enviadas ao novo Ministério da Economia. Alertou sobre a possível redução no número de procuradores federais que atendem às IFES, salientando que os atuais já conhecem os trâmites e os temas discutidos com relação à educação, e que isso preocupa por demais os reitores, já que não leva em consideração as especificidades da área da educação e da pesquisa. Disse que a ANDIFES está trabalhando junto a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no sentido de ter um olhar de especialistas sobre o contexto atual. Com relação ao decreto que retira cargos das IFES, informou que, por incrível que possa parecer, o MEC alegou não saber da edição de tal decreto ao ser consultado. No que diz respeito à FURG, a redução será nas funções gratificadas FG4 a FG9, as quais atualmente estão distribuídas nas secretarias das Unidades Acadêmicas e nas secretarias dos campi fora de Rio Grande, e não entende o “porquê” já que são funções de baixo valor, mas necessárias e importantes no sentido de valorizar os servidores responsáveis pelas secretarias e pelo bom andamento das diversas unidades, e que não implicam grande impacto em termos de economia no contexto geral das IFES. Disse que o ato está sendo avaliado pelo jurídico, já que o entendimento é que não poderiam ser extintas no exercício da função. Com relação à extinção das FCCs, funções destinadas aos coordenadores de curso, disse que, em 2014, finalmente conseguiram a implantação desta função, a fim de reconhecer aqueles que coordenam um determinado curso de graduação ou programa de pós-graduação *stricto sensu*, sendo que está iniciativa também está sendo avaliada

com olhar jurídico. O que fica claro é que aquela autonomia que as universidades haviam conquistado de suprir imediatamente uma vaga de alguém que tivesse se aposentado acabou, o que significa um prejuízo enorme para as instituições e a comunidade acadêmica como um todo. Qualquer concurso agora deverá ser submetido ao Ministério da Economia com devidas justificativas e sem qualquer agilidade na reposição da vaga. Tudo leva a crer que o processo será complexo e deverá durar mais de 1 ano. Disse saber que a FURG terá muitas aposentadorias em algumas áreas, citando como exemplo o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), em que justamente se conseguiu fazer um incremento necessário nos últimos anos, mas que deverá sofrer drástica redução de pessoal, já que alguns possuem tempo de serviço para aposentadoria. Citou o NTI em razão da sua especificidade. Lembrou que em 2018 vários serviços terceirizados, como vigilância, limpeza, portaria e jardinagem, sofreram redução e que já estão realizando estudos para o enfrentamento do ano de 2019, já que não se tem expectativa de complementações orçamentárias neste exercício. Disse que ações no sentido da redução no consumo de energia devem ser tomadas para que possam manter as atividades básicas da universidade. Registrou sua preocupação com estas reduções, pois implicam mexer com a vida de pessoas. Afirmou que a FURG não significa apenas a atuação nas áreas da educação, pesquisa e extensão junto à comunidade do Rio Grande, mas também tem forte participação na economia local, através do incremento no comércio de forma geral, e isso é muito triste quando trata de diminuir postos de trabalho. Lamentou o que esta por vir, e por ter tomado tanto tempo dos conselheiros, justificando que não poderia se furtar de explanar sobre essa situação infelizmente negativa para o Conselho Universitário da FURG. Lembrou que sempre contaram com a presença do Ministro e de assessores na primeira reunião do ano em que a ANDIFES costuma realizar, o que não aconteceu em 2019. Lembrou de governos anteriores em que, mesmo na divergência, se conseguia implementar ações em prol das universidades públicas, o que é uma constatação muito triste. Reforço, mais uma vez, que a única intenção que se sabe por parte do MEC é o de realizar uma “Lava Jato da Educação”. Reiterou que os reitores das IFES têm uma responsabilidade muito grande com as universidades federais e isso está fazendo muito mal a todos, principalmente, às instituições. Disse saber de casos em que reitores foram retirados de suas casas de forma bruta, inclusive em trajes íntimos, através de conduções coercitivas que não seriam necessárias certamente. O Pró-reitor Mozart lembrou que, desde 2013, já começaram a existir dificuldades com relação à utilização das receitas próprias das IFES, porém, em dezembro de 2018, esses recursos foram subtraídos pelo governo para pagamento de aposentados. Informou que o orçamento da FURG normalmente se encerra entre os meses de setembro e outubro, porém isso é muito preocupante, já que as atividades da universidade têm continuidade até o final do ano. Afirmou que, neste momento, a FURG está sem orçamento e que a expectativa é de que na próxima semana o governo edite um decreto a respeito do tema. Explicou que uma coisa é se ter orçamento e outra é se ter o financeiro, ou seja, os recursos financeiros são repassados pelo ministério à medida que os compromissos são executados, sendo que, neste momento, se a FURG tivesse

que pagar uma diária no valor de cento e cinquenta reais, isso não seria possível, pois não conta com qualquer quantia em termos de financeiro. Lembrou que participa em nome da FURG do FORPLAD, que é um fórum de pró-reitores que presta assessoria à ANDIFES, sendo que, até então, mantinham contatos junto ao MEC, o que deixou de acontecer, sendo que alguns servidores que continuam a atuar no ministério não possuem qualquer segurança para responder aos questionamentos a respeito do tema. Frisou que todas as instituições estão na mesma situação e que está se falando em cortes num montante de 30 milhões de reais no orçamento geral das IFES. A Senhora Presidenta citou que o MEC já trocou quatro vezes o secretário executivo este ano, pessoa que sempre tratou destes assuntos sobre orçamento com as IFES. O Cons. Gibbon fez relato da visita à FURG, junto ao Parque Científico e Tecnológico, no último dia 14 de março, de uma comitiva composta por integrantes de um movimento voltado à inovação tecnológica em nível internacional. Disse que participaram da comitiva o engenheiro e consultor espanhol Josep Piqué, o qual a noite também ministrou uma palestra no auditório do CCMar, o secretário de Inovação, Ciência e Tecnologia do estado do RGS, Luis Lamb, e o Superintendente de Inovação e Desenvolvimento da PUCRS, Jorge Luis Nicolas Audy. Visitaram também a reitoria. A visita teve o objetivo de conhecer os ambientes de inovação da FURG, o OCEANTEC e a Incubadora de Empresas INOVATIO. Disse que o engenheiro Piqué é uma referência no desenvolvimento de cidades por meio da inovação, o qual esteve à frente do projeto 22@, em Barcelona, que revitalizou uma área industrial, transformando essa área em um distrito de inovação. Foi também responsável pelo Pacto Alegre, como ficou conhecido o pacto pela inovação na capital do Estado. Afirmou que o momento tem grande importância em razão de a comunidade local poder interagir com um dos maiores especialistas em projetos de desenvolvimento de cidades com foco na inovação. Ao final, agradeceu à Reitoria e à PROINFRA pelo apoio recebido para que as instalações do OCEANTEC estivesse em condições de receber os visitantes. Registrou, ainda, que os visitantes ficaram bem impressionados com o que viram na FURG. O Cons. Cristiano, dizendo-se estar na condição de professor, conselheiro e presidente da APROFURG, colocou-se em defesa da universidade pública, independente das preferências políticas, sabendo-se dos riscos de existência que está submetida à própria instituição, nesse momento conturbado em que vivemos no país. Nada mais havendo a tratar, às 11h55min, a Senhora Presidenta encerrou a reunião. A ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade e vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Jorge Augusto da Silveira Bastos, que secretariei a reunião.

Prof^a. Dr^a. Cleuza Maria Sobral Dias
PRESIDENTA DO CONSUN

Adm. Jorge Augusto da Silveira Bastos
SECRETÁRIO